

REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 3, Set-Dez., 2023

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: DIÁLOGOS INTERCULTURAIS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DECOLONIAL

UNIVERSITY EXTENSION IN A QUILOMBOLA COMMUNITY: INTERCULTURAL
DIALOGUES FOR AN ANTI-RACIST AND DECOLONIAL EDUCATION

EXTENSIÓN UNIVERSITARIA EN UNA COMUNIDAD QUILOMBOLA: DIÁLOGOS
INTERCULTURALES PARA UNA EDUCACIÓN ANTIRRACISTA Y DECOLONIAL

Diego Finder Machado¹
Sirlei de Souza²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discutir as ações de um projeto integrado de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas com a comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto pela Universidade da Região de Joinville. O projeto, iniciado em 2018, envolve a colaboração de professores e estudantes que atuam em diferentes cursos de graduação e pós-graduação da universidade. Busca-se problematizar os desafios de se promover uma educação antirracista e decolonial, tendo como referência basilar as travessias de saberes, em via de mão dupla, entre a universidade e a comunidade em que ela está inserida. As diversas ações do projeto, visando a curricularização da extensão em cursos de graduação, têm contribuído para a decolonização dos currículos acadêmicos.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária. Educação decolonial. Racismo. Comunidade remanescente quilombola. Universidade da Região de Joinville.

ABSTRACT: This article goals to argue the initiatives of an integrated project of

¹ Professor adjunto da Universidade da Região de Joinville (Univille), nos cursos de graduação em História, Artes Visuais e Direito. Doutor em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/6892446255271065. Email: diego.f@univille.br.

² Professora Adjunta da Universidade da Região de Joinville (Univille), nos cursos de graduação em Direito, Enfermagem, Naturologia e História. Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9958226369659395>. E-mail: sirlei.souza@univille.br.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 3, Set-Dez., 2023

teaching, research and extension developed with the quilombola community Beco do Caminho Curto by the University of Joinville Region. The project, initiated in 2018, involves the collaboration between professors and students who work in different undergraduate and graduate courses at the university. It seeks to problematize the challenges of promoting an anti-racist and decolonial education, having as a fundamental reference the crossings of knowledges, in a two-way street, between the university and the community where it is included. The several activities of the project, compromised to the insertion of the extension in the curriculum of undergraduate courses, have provided to the decolonization of academic curricula.

KEYWORDS: University extension. Decolonial education. Racism. Quilombola community. University of Joinville Region.

RESUMEN: Este artículo plantea discusiones respecto las acciones de un proyecto integrado de enseñanza, investigación y extensión desarrollado con la comunidad quilombola Beco do Caminho Curto por la Universidad de la Región de Joinville. El proyecto, comenzado en 2018, asocia la participación de docentes y estudiantes involucrados con diferentes cursos de grado y posgrado de la universidad. Objetiva problematizar los retos de promover una educación antirracista y decolonial, asumiendo como referencia capital los cruces de saberes, en una calle de doble sentido, entre la universidad y la comunidad en la que se inserta. Las numerosas actividades del proyecto, enmarcadas por la circularización de la extensión en los cursos de graduación, han contribuido a la descolonización de los currículos académicos.

PALABRAS CLAVE: Extensión universitária. Educación decolonial. Racismo. Comunidad quilombola. Universidad de la Región de Joinville.

INTRODUÇÃO

Em uma manhã de sábado, durante a Feira do Livro de Joinville de 2023, houve um bate papo entre a portuguesa Maria Inês Almeida e o brasileiro Lázaro Ramos, envolvendo relatos de suas experiências de escrita de livros voltados a crianças e adolescentes. A presença de Lázaro Ramos, que, além de escritor, é um famoso ator e diretor de teatro e cinema, atraiu grande audiência ao evento nessa cidade catarinense, uma audiência interessada em conhecê-lo de perto e, talvez, conseguir seu autógrafo. Após o bate papo, a palavra foi aberta à plateia. Nesse momento, uma pergunta inesperada comoveu o público presente, que foi levado a manifestar empatia

e compaixão. Uma menina negra chamada Júlia, de apenas 11 anos de idade, perguntou a Lázaro Ramos se ele, ao longo de sua vida, já havia sido vítima de racismo. Certamente ela já imaginava a resposta, considerando que ela viu no artista a representatividade de sua própria cor de pele. Porém, ao expor sua voz, ela expressou em público a dor que sentia. A resposta foi acolhedora, como era de se esperar de um artista engajado na luta antirracista e que procura estabelecer diálogos com crianças e adolescentes. A plateia, por sua vez, sentiu-se comovida pela reação corporal da menina que, após fazer a pergunta, caiu em prantos. Aqueles que presenciaram o acontecido tiveram que, em silêncio, refletir sobre o fato de que uma menina muito jovem já está forçada a carregar o pesado fardo das dores de uma vida negra em uma sociedade que foi estruturada no racismo. Mulheres negras que estavam no local e assistiam ao bate papo dos escritores acolheram a menina e tentaram consolá-la, dizendo-lhe que o racismo deveria ser encarado como problema dos racistas e não dela, uma de suas vítimas. A iniciativa trouxe conforto, ainda que aquelas mulheres tivessem ciência de que suas palavras não poderiam aliviar por inteiro a dor compartilhada naquele instante.

Ao se identificar a Lázaro Ramos, Júlia disse que, embora moradora de Joinville, havia nascido em Sergipe. Além disso, marcou outra inscrição social, a de integrar a comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto. Ou seja, em uma cidade do sul do Brasil, ela, em um só tempo, posicionou-se como uma menina negra, nordestina e quilombola. Vale explicar que, naquela manhã, como uma ação de um projeto de ensino, pesquisa e extensão da Universidade da Região de Joinville (Univille), um grupo de crianças, adolescentes e adultos da comunidade quilombola foi visitar a Feira do Livro de Joinville, com a intenção de conhecer Lázaro Ramos e adquirir livros, com apoio de parceiros do projeto.

Em uma cidade em que discursos oficiais ainda enaltecem um passado de imigração européia no século XIX, imigração majoritariamente germânica (às vezes



referida como uma espécie de DNA alemão da cidade), a presença negra e quilombola no passado e no presente ainda é uma questão silenciada e pouco conhecida da população local. Trata-se de uma presença que perturba a imagem de cidade europeia que, narcisisticamente, ainda é reproduzida. Não raro, para pessoas que vivem na comunidade Beco do Caminho Curto, uma identificação como comunidade quilombola faz com que sejam vistos não como resistentes a uma colonialidade que persiste no presente, mas, de modo muito simplista, como oriundos da escravização de pessoas no passado, o que amplifica os efeitos do racismo. Assim, ao refletir sobre relações extensionistas entre a universidade e essa comunidade remanescente quilombola, mostra-se fundamental e urgente o desafio de construir e promover diálogos interculturais e interdisciplinares para uma educação antirracista e decolonial. Isso é, faz-se necessário aquilombar a universidade, promovendo travessias de saberes e aproximando as demandas da comunidade ao ensino e à pesquisa desenvolvida no âmbito universitário.

Neste artigo, discutimos os caminhos tomados por um projeto de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido com a comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto pela Univille, instituição comunitária situada na região nordeste de Santa Catarina. O projeto, que teve início em 2018, está em sua terceira edição, contando com o financiamento da própria universidade e com o trabalho conjunto de professores e estudantes que atuam em diversos cursos de graduação e pós-graduação³. Busca-se, então, problematizar os desafios de se promover uma educação antirracista e decolonial, tendo por base as travessias de saberes, em via de mão dupla, entre a universidade e a comunidade em que ela está inserida. Acreditamos que, por meio das ações promovidas por esse projeto, em interface com

³ A respeito das ações do projeto, destacamos a publicação do ebook “Quilombolas: um olhar sobre as populações afrodescendentes em Joinville (SC) e região”, organizado pelos professores Sirlei de Souza, Jonathan Prateat e Tales Vicenzi (SOUZA et. al, 2021)



o desafio assumido pela universidade de curricularização da extensão, estamos, gradativamente, aquilombando o nosso modo de encarar a realidade. Isso tem resultado em uma decolonização de currículos acadêmicos de diferentes cursos de graduação e pós-graduação, assim como na realização de pesquisas críticas ao racismo e à persistente força da colonialidade no Brasil.

O projeto partiu da premissa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa indissociabilidade, em que o ensino é alimentado pela pesquisa e desafiado a vivenciar na prática seus conteúdos e, também, no qual o território da ação extensionista é afetado por disputas políticas, impulsiona a aproximação intensa com atores sociais, políticos e culturais de movimentos sociais de dentro da universidade e da comunidade externa. Além disso, as atividades de ensino, pesquisa e extensão desse projeto têm fortalecido a participação e colaboração comunitária e a socialização e troca de conhecimentos entre todos os envolvidos. Nessa perspectiva, temos buscado promover travessias e intercruzamentos de saberes produzidos na universidade e na comunidade a fim de contribuir para a efetivação de um mundo melhor, com garantias de qualidade de vida.

Quanto à metodologia de trabalho, defendemos que, na universidade, faz-se necessário promover o ensino com pesquisa e o ensino para a pesquisa, na busca por formar novos pesquisadores. Ainda que seja interdisciplinar, as ações de pesquisa do projeto pautam-se na compreensão da história das populações negras em Joinville, sobretudo tentando conectar os vestígios do passado e do presente da comunidade quilombola Beco do Caminho Curto. Acreditamos na pesquisa histórica como forma de retirar do encobrimento passados de grupos que, no tempo presente, reivindicam seus direitos à terra, à cultura, à memória, à identidade e ao patrimônio cultural.

Um outro princípio no qual nos pautamos no projeto é o de que é preciso articular as ações de pesquisa à extensão universitária. Assim, buscamos nos afastar daquilo que Santos (2020) chama de “metodologias extrativistas”, isso é, metodologias

que transformam as comunidades em objetos de estudo, visando explorar seus saberes e fazeres sem promover qualquer tipo de retorno do que foi produzido no universo acadêmico. Pesquisadores que exploram de maneira extrativista as comunidades, colocam-se na postura arrogante que desvaloriza e inferioriza os saberes de outros, vistos sempre na condição de objetos do saber e nunca como os sujeitos da pesquisa. Desse modo, buscamos desenvolver o que Santos (2020) chama de “metodologias não extrativistas”, metodologias que são construídas no diálogo contínuo com a comunidade pesquisada, partindo da disposição para a troca de saberes e traduções interculturais. Assim, primou-se pelo reconhecimento de saberes comunitários e pela necessidade da pesquisa extensionista, em que a indispensável restituição dos conhecimentos produzidos se mostre não como um meio, mas como um fim do trabalho desenvolvido.

VIDAS QUE IMPORTAM: A COMUNIDADE QUILOMBOLA BECO DO CAMINHO CURTO

Em um pequeno território, situado entre uma paisagem rural de pastagens e roçados e uma paisagem urbana voltada a pessoas com alto poder aquisitivo que habitam condomínios residenciais fechados, paisagens cortadas por uma via de tráfego rápido, vive a comunidade quilombola Beco do Caminho Curto⁴. Conforme dados levantados em 2023, na comunidade convivem em torno de 40 núcleos familiares e 180 pessoas, das quais 85 são crianças e jovens entre zero e 18 anos de idade. É um lugar atravessado por problemas estruturais graves, em que o sofrimento do racismo e da desigualdade social marcam os corpos e as histórias de sujeitos que lá vivem. Por muitos anos, a historiografia silenciou ou, até mesmo, negou a existência de um passado e um presente quilombola em Joinville. As pesquisas indicam que o

⁴ O território reconhecido da comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto fica situado na Estrada Fazenda, no distrito de Pirabeiraba, em Joinville, Santa Catarina.

surgimento da comunidade Beco do Caminho Curto remonta a tempos em que, no Brasil, pessoas de origem africana foram escravizadas. Atualmente, na comunidade convivem três gerações de, ao menos, quatro distintos troncos familiares. Não há mais lá uma única liderança, pois a vida comunitária é gestada e gerida por mulheres, líderes indicadas pelos núcleos familiares. Buscando mediar os conflitos e promover solidariedade, elas persistem em manter unida e ativa a comunidade, na compreensão de que viver juntos exige trabalho coletivo e colaborativo. Juntas, elas lutam por direitos e por um futuro melhor ao bem comum da comunidade.

Em maio de 2019, a comunidade quilombola Beco do Caminho Curto recebeu certificação da Fundação Cultural Palmares⁵. O reconhecimento causou estranhamento a autoridades municipais e à população em geral. Afinal, Joinville não é uma cidade predominantemente formada pela colonização europeia de origem germânica? Esse processo colonizador, ocorrido na metade do século XIX, não tinha por princípio a proibição da escravização de pessoas?⁶ Questões como essas, mesmo depois do reconhecimento oficial da comunidade, ainda permeiam discussões na cidade. É relevante destacar que, na região, outras quatro comunidades quilombolas foram certificadas no período entre maio de 2019 e janeiro de 2020⁷.

⁵ A discussão com a comunidade promovida pelo movimento negro e por lideranças da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina teve início em 2009. Já o pedido de certificação foi feito em 2013, ao passo que o reconhecimento da comunidade aconteceu apenas em 2019. A partir de contato feito pela Univille, a Defensoria Pública teve participação decisiva no processo, por meio do defensor regional de direitos humanos de Santa Catarina, o qual, após notificar a Fundação Cultural Palmares, conseguiu destravar o processo e auxiliar as lideranças locais no envio dos documentos que faltavam para o reconhecimento oficial.

⁶ As narrativas oficiais a respeito da história da cidade de Joinville, parte da antiga Colônia Dona Francisca, afirmam que o marco de sua fundação é o dia 9 de março de 1851, quando aportaram na região imigrantes de origem europeia, sobretudo de origem germânica e helvética, para dar início ao empreendimento colonizador gerido pela Companhia Colonizadora de Hamburgo. Para a legislação imperial brasileira, as colônias de imigração formadas no século XIX não poderiam se valer do uso de mão de obra escravizada (FICKER, 2008; HERKENHOFF, 1987; TERNES, 1986).

⁷ As comunidades são: Ribeirão do Cubatão, também em Joinville; Itapocu e Areias Pequenas, em Araquari; e Tapera, em São Francisco do Sul. Ver dados da Fundação Cultural Palmares, disponíveis em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/tabela-crq-completa-certificadas-05-02-2021.pdf>.

Outro ponto a ser considerado é o impacto do reconhecimento oficial na vida da própria comunidade (SOUZA et. al., 2021). A distância de tempo entre o início das discussões e a consolidação do processo de certificação, período de quase dez anos, criou uma lacuna e um vazio de debates entre os membros da comunidade. Também, um certo desconhecimento da própria história e de seus enraizamentos ancestrais, junto à negação, no senso comum, da existência de populações negras no passado e presente de Joinville, levou-os a identificarem-se tão somente como uma comunidade de sujeitos negros, pobres e periféricos. Sentimentos de identificação como comunidade quilombola e de reconhecimento do próprio valor como pessoas negras estão sendo vivenciados, elaborados e, paulatinamente, incorporados. Tal processo, conforme depoimentos ouvidos em rodas de conversa, tem transitado entre, por um lado, as dores de violências sofridas pelos efeitos devastadores do racismo que estrutura o cotidiano vivido no Brasil (ALMEIDA, 2019) e, por outro lado, o fortalecimento gradual de uma cidadania quilombola.

A comunidade tem conseguido, desde 2016, mobilizar diversos atores e instituições sociais e políticos⁸, que vêm contribuindo de modo significativo para a melhoria da qualidade de vida por meio de ações estruturais ligadas à saúde, saneamento e educação. Persiste, ainda, uma ausência do Estado em políticas efetivas de garantia de direitos. Ressalta-se, contudo, que a certificação oficial da comunidade junto à Fundação Cultural Palmares levou a algumas conquistas, sobretudo durante o período em que durou a pandemia de Covid-19, conquistas fundamentais à sobrevivência das pessoas. Entre essas ações, destacam-se o reconhecimento como população vulnerável e o direito de receber vacina contra a Covid-19 já no início do processo de vacinação iniciado em 2021. Também vale

⁸ Dentre eles, a Univille, a Universidade do Estado de Santa Catarina, o Grupo de Voluntários da Companhia Águas de Joinville, o Movimento Negro Maria Laura, o Coletivo Ashanti de Mulheres Negras de Joinville e o movimento Engenheiros Sem Fronteiras. Esses apoios vêm possibilitando pesquisas e projetos, bem como uma maior visibilidade à comunidade.

ressaltar o cadastro de famílias quilombolas no CADÚnico, ação essa que vem assegurando acessos importantes a benefícios financeiros, assistência dirigida a situações de insegurança alimentar, além do acesso de jovens e adultos à educação básica.

Compreender o passado e o presente dessa comunidade remanescente quilombola e, assim, reabrir as interpretações da história de Joinville, perpassa o reconhecimento do passado escravista da cidade, algo ainda pouco estudado. Segundo Leite (2008, p. 967), a colonização europeia do sul do Brasil “atendeu aos interesses das elites intelectuais e políticas de implantar um povoamento com populações tidas como racialmente superiores e provenientes de áreas tidas como mais desenvolvidas”. Santa Catarina foi inserida nesse processo de forma a participar do “intuito de tornar o País ‘racialmente mais branco’” (LEITE, 2008, p. 967). Havia o interesse das elites sociais e políticas no povoamento do território por pessoas considerados “racialmente superiores”, especialmente no sul do país. Com o apoio à vinda de imigrantes para o Brasil, houve o reforço de “um tipo de fronteira étnica ‘especular’ em relação às teorias raciais importadas da Europa ou recriadas no Brasil” (LEITE, 2008, p. 967), naturalizando, em bases biológicas, as desigualdades e segregando populações negras.

A história da cidade de Joinville é marcada pela insistência em reafirmar uma identificação sociocultural europeia, de origem germânica. Tal identificação foi reivindicada pelas próprias famílias que imigraram e se tornaram importantes na vida econômica e social da cidade, responsáveis por preservar e transmitir heranças de sua origem europeia, sobretudo no contexto posterior à chamada campanha de nacionalização do governo de Getúlio Vargas (SANTOS, 2013). Construiu-se, assim, um discurso que invisibilizou a história da população negra, negligenciando e deslegitimando a importância da presença afro-brasileira na construção e desenvolvimento da cidade.



Essa história tem sido revisitada e reaberta ao longo das últimas décadas, combinando mudanças no campo historiográfico e avanços conquistados pelas reivindicações de movimentos sociais na luta por reconhecimento de memórias afro-brasileiras na cidade. As pesquisas reproblematicaram fontes já conhecidas e localizaram novos indícios que contribuiriam para reabrir as interpretações do passado e reescrever a história local. Desde a década de 1990, alguns estudos trouxeram à cena sujeitos negros, tanto no período anterior ao momento em que aportaram na região os primeiros imigrantes europeus com destino à Colônia Dona Francisca, como em suas histórias cruzadas às de outros grupos étnico-culturais com quem conviveram desde 9 de março de 1851.

Guedes (2007), com o objetivo de compreender a história da presença de pessoas escravizadas no período da fundação oficial da cidade, realizou estudo baseado em registros feitos pelas igrejas, como registros de batismo e de óbitos, assim como cartas de sesmarias e inventários *post mortem*. Ao analisar registros de dados populacionais da antiga Colônia Dona Francisca no século XIX e início do XX, ela percebeu que “a população de luso-brasileiros e seus respectivos escravos não foi computada” (GUEDES, 2007, p. 6). Nos dados eclesiásticos, em que era inferida a quantidade de escravos de cada família, notava-se que essa população ficava fora das estatísticas. Concluiu, assim, que a presença de escravizados na colônia de imigrantes era numericamente significativa à época. Inclusive, ao constatar em documentos pesquisados a recorrência da prática da escravidão por aluguel na Colônia, ela sugeriu que famílias de imigrantes podem ter burlado as proibições e contado com trabalho de escravos alugados de seus senhores de origem luso-brasileira.

Em seus estudos sobre a história do trabalho em Joinville, Cunha (2008, p. 109) utiliza as palavras esquecimento e menosprezo para caracterizar o olhar da historiografia local sobre a presença negra, ressaltando que, “era do interesse das

elites locais destacar em seus discursos a ideia de que a colônia-cidade foi construída pelo trabalho dos imigrantes germânicos, provando assim a sua superioridade em relação aos demais grupos”. A intenção da direção da Colônia era destacar a liderança de imigrantes germânicos no progresso dessa região, apagando o processo de desenvolvimento de núcleos familiares negros. Como ele explicou, “não interessava igualmente aos senhores o nascimento de filhos entre os escravos, pois além de não serem necessários em um sistema de pequena produção, causariam grandes despesas” (CUNHA, 2008, p. 115). Essa posição dificultou a formação de novas famílias negras na sociedade da época. Em sua obra, ele também narrou casos em que se pode comprovar o recurso à mão de obra escrava por imigrantes da antiga colônia Dona Francisca. Como afirmou, “esses casos desfazem o mito de que nenhum imigrante germânico da colônia possuía escravos ou de que a prática de escravidão restringiu-se às famílias luso-brasileiras da região” (CUNHA, 2008, p. 113).

Como se pode perceber, a historiografia local, ao pesquisar percursos de pessoas afro-brasileiras na antiga Colônia Dona Francisca, buscou dar a ver o passado escravista de uma cidade orgulhosa de não ter sido maculada por tal atrocidade. Embora atentos às demandas do presente e com vistas a desvelar histórias encobertas, tais historiadores enfatizaram, em geral, indícios capazes de acionar memórias de dolorosa recordação. Uma exceção é o trabalho de Silva (2004) que, embora aborde a escravidão de negros na região, especificamente entre os anos de 1845 e 1888, propõe outro enfoque sobre o cotidiano vivido em situação de cativo, chamando a atenção a táticas de sobrevivência. A partir de fontes demográficas, como registros de batismo e de inventários *post mortem*, suas investigações mostraram uma complexa rede de relações de compadrio, dando visibilidade a sociabilidades e composições familiares entre escravizados. Para a autora, “a prática do compadrio, muito provavelmente significou um meio de ampliação dos laços de proteção e de ajuda mútua”. Em algumas situações, “o compadrio forjou

e facilitou a composição de um tecido de relações, uma rede de longo alcance, um espaço em que transitavam escravos, libertos e homens livres” (SILVA, 2004, p. 111).

No processo de invenção de uma etnicidade afro-brasileira em Joinville, a partir do início do século XXI, teve importância a atuação de historiadores na publicização de vestígios do passado que colocaram à prova algumas narrativas históricas consolidadas na cidade. Grupos sociais que, no presente, reivindicam direitos à história e à memória dos negros em Joinville conseguiram estabelecer laços de ancestralidade na cidade, laços com homens e mulheres que viveram na região antes da chegada dos imigrantes germânicos. Ao falar de “eticidade”, e não de “grupo étnico”, assumimos uma concepção interacionista em relação a processos de elaboração de identidades e identificações étnicas. Ao contrário de uma concepção primordialista, a qual supõe que o sentimento de pertença a um grupo étnico se deve a qualidades inerentes ao grupo, qualidades adquiridas desde o nascimento, a concepção interacionista busca compreender processos contínuos de diferenciação entre os membros do grupo e seus outros, cindidos por fronteiras simbólicas mais ou menos permeáveis. De acordo com Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 141), “a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores”.

No trabalho extensionista da Univille com a comunidade quilombola Beco do Caminho Curto, pôde-se perceber que a maioria dos sujeitos que lá vivem desconhecia o significado histórico e social associado ao termo quilombola, ou não o compreendia em sua força simbólica. Percebeu-se, inclusive, a resistência em serem identificados e se identificarem como sujeitos cujos antepassados foram escravizados. Isso se deve a dinâmicas psicossociais que forçam pessoas negras a encobrir em público a própria negritude (NUNES, 2010). Esse processo, que Hasenbalg (2005) chama de “branqueamento social”, relaciona-se à busca de um status social elevado

no mundo de brancos ou, ao menos, a possibilidade de passar despercebido aos olhares dos opressores.

Em uma sociedade que estabeleceu a branquidade como padrão social, cultural, estético, as populações negras foram minorizadas e vistas como menos capazes, menos bonitas e, até mesmo, menos humanas. Segundo Bento (2002, p. 3), desse ideal de branquidade decorre o “investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais” (BENTO, 2002, p. 3). Muitas vezes, a culpa pela escravidão, pela pobreza e pela segregação foi atribuída ao povo negro e não aos brancos, que, em geral, buscam alienar-se de debates sobre racismo.

Devido a persistência da vulnerabilidade socioeconômica da população negra brasileira, houve grande mobilização do movimento social negro em 1987 na Assembleia Nacional Constituinte. Segundo Leite (2008, p. 969), no processo buscou-se afirmar as ideias de “reparação, da abolição como ‘um processo inacabado’ e da ‘dívida’, em dois planos: a herdada dos antigos senhores e a marca que ficou em forma de estigma”. Ainda hoje, permanece o desafio de efetivar políticas públicas previstas na Constituição Federal de 1988, a exemplo do reconhecimento e certificação de comunidades remanescentes quilombolas. A efetivação do reconhecimento pode se dar por dois percursos entrecruzados: pela apresentação de indícios da existência histórica de um antigo quilombo em terras a serem demarcadas e/ou pela autodeclaração e autoidentificação de quem habita o território reivindicado como quilombola. No entanto, tal processo mostra-se um caminho complexo e com obstáculos a superar.

As comunidades quilombolas, às vezes por falta de referência a memórias de resistência, não se identificam facilmente com o termo quilombola, mesmo após a certificação pela Fundação Cultural Palmares. Algumas comunidades, como a

comunidade Beco do Caminho Curto, sentem-se incomodadas com o termo. A pergunta a fazer é: uma vez reconhecida como comunidade quilombola, ainda se faz necessário discutir autorreconhecimento e identidade étnica? Para as pessoas da comunidade Beco do Caminho Curto, possivelmente a atribuição de uma identificação quilombola pode servir à afirmação de sua negritude.

É importante considerar, segundo Almeida (2014, p. 39), que “a identidade étnica é sempre a produção de uma imagem e a transformação do sujeito ao assumir, negar ou negociar essa imagem”. Trata-se, então, de uma narrativa de si construída por um grupo em um processo de negociação de multifacetadas formas de identificação sociocultural. Segundo Hall (2013, p. 119), a construção e reconstrução de identidades culturais envolve a ação de “produzir no futuro uma versão do passado”, pois, para ele, as identidades estão sempre coladas a narrativas, a “histórias que as culturas contam a si mesmas sobre quem são e de onde vieram”. Embora busquem no passado as “raízes” a plantar no solo do presente, os defensores de identidades culturais engajam-se na garantia de um futuro ao passado. No entanto, segundo o autor, “a identidade nunca está no passado, esperando ser encontrada, mas no futuro, esperando ser construída” (HALL, 2013, p. 131).

Quilombola é uma palavra recente no vocabulário das pessoas que vivem na comunidade Beco do Caminho Curto, o que explica as constantes mudanças em seus sentidos àqueles que passaram a ser assim denominados. No percurso de construção de futuros possíveis, essa comunidade passou a se valer do termo quilombola para valorizar sua própria história e lutar por direitos ainda negados. Sem dúvida, essa palavra fez-se indispensável no percurso de reconhecimento, junto à burocracia estatal, do uso tradicional de um território habitado há muito tempo pela comunidade. Para fazer frente à especulação imobiliária que ocorre na região, com a edificação de muros para demarcar condomínios residenciais de alto padrão, assumir a identificação quilombola foi fundamental, garantindo a permanência nas terras herdadas de

antepassados. Porém, o reconhecimento da palavra quilombola como um trunfo a ser utilizado na luta por direitos e contra o racismo e a exclusão social foi fruto de numerosos momentos de diálogo entre moradores da comunidade, diálogos promovidos por mulheres que assumiram o protagonismo desse processo. Como uma parceira importante, nos últimos cinco anos a Univille tem se envolvido em alguns desses diálogos, mobilizando apoios necessários para a efetivação de direitos e para a vivência de uma cidadania quilombola na comunidade. Tal aproximação foi possível com o desenvolvimento de diversas ações de extensão universitária, ações em que houve travessias de saberes entre a comunidade e a universidade, visando imaginar, em colaboração e interação, maneiras eficazes de transformar o mundo em que se vive.

CAMINHOS DA CIDADANIA: AÇÕES DE UM PROJETO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Na história da educação no Brasil, a extensão universitária, tal como hoje a concebemos, emergiu como tema relevante no processo de redemocratização e abertura política vivido na década de 1980. Foi nesse contexto que a extensão passou a ser vista em relação indissociável ao ensino e à pesquisa acadêmica e, também, como meio pelo qual a universidade pode cumprir sua função social. Conforme Nogueira (2001), antes disso, a extensão praticada no Brasil resumia-se ao oferecimento de cursos e conferências, bem como à prestação de serviços, desarticulados das demais atividades acadêmicas. Uma exceção foi a extensão praticada por estudantes vinculados à União Nacional dos Estudantes (UNE), no início da década de 1960, que, sem ligação com instituição universitária, buscou promover o envolvimento na vida social de comunidades carentes e oportunizar troca de experiências. Para a autora, um marco relevante na resignificação das políticas de extensão universitária foi a criação, em 1987, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de



Extensão das Universidades Públicas. O conceito de extensão do Fórum “rompe com a visão da Extensão como atividade secundária na vida acadêmica, realizada de maneira isolada do Ensino e da Pesquisa, de forma assistencialista” (NOGUEIRA, 2001, p. 68). Uma nova concepção de extensão universitária começou a ser gestada, tendo por princípio a interação de saberes. De acordo com Nogueira (2001, p. 69), “a relação com a sociedade é necessária e indispensável, pois com ela se estabelece a troca entre o saber acadêmico e o saber popular”.

De um ponto de vista filosófico e pedagógico, o educador Paulo Freire, já em 1968, alertou para o problema de se utilizar a palavra extensão na concepção de uma educação emancipadora. Na visão dele, “a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem de ir até a ‘outra parte do mundo’, considerada inferior, para, à sua maneira, ‘normalizá-la” (FREIRE, 2022, p. 20). Essa “normalização” do outro, ou, como também poderíamos chamar, essa “colonização” dos outros saberes, parte de uma visão extensionista de mão única, inconciliável com uma educação entendida como prática da liberdade. Para Freire, a ideia de extensão, como em sua época era praticada, visava uma espécie de “domesticação”. Nas palavras dele, era preciso ter clareza de que “educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a ‘sede do saber’ até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta”. Para o autor, a educação como prática de liberdade “é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem”, ou seja, os que “sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais”, ao dialogar com os que “quase sempre, pensam que nada sabem, para estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais” (FREIRE, 2022, p. 25). Esse ato humanizador implica retirar as comunidades da condição de objetos da extensão, para reconhecê-las como sujeitos das ações de educar e educar-se. Para tanto, o esforço não deveria ser de extensão, mas de promover conscientização, de modo a permitir aos sujeitos



envolvidos a apropriação crítica do lugar que ocupam em sociedade no mundo em que vivem.

Em sua obra, ao invés de extensão, Freire preferiu o termo comunicação para se referir a diálogos comunitários, pois, na perspectiva dele, o sujeito “não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos”, o que, para ele, “se dá na comunicação” (FREIRE, 2022, p. 85). Independentemente do termo adotado, o que Freire nos faz refletir é sobre ações extensionistas de caráter colonialista em que a universidade, como centro de referência em produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, acaba se limitando à função de “levar conhecimentos” a comunidades em situação de vulnerabilidade social, ou seja, a pessoas que se pressupõe nada saber. Ao invés disso, o que se busca no país, ao menos desde a reabertura democrática, é o estímulo a práticas de extensão universitária em via de mão dupla, na qual ambas as partes, universidade e comunidade, possam educar e educar-se em meio a diálogos interculturais e interdisciplinares.

Desde 2018, a Univille tem buscado desenvolver ações de extensão com a comunidade quilombola Beco do Caminho Curto. Tais ações contemplam, por exemplo, a prevenção de doenças e promoção da saúde, bem como o incentivo à participação cidadã na vida da cidade. Assim, optou-se por trabalhar em ações de educação, promovendo debates, parcerias e articulações visando viabilizar políticas públicas de melhoria da qualidade de vida na comunidade. Exemplo disso foi a implementação do Pró-Jovem Campo, um programa de educação do governo federal voltado a jovens e adultos que necessitam retornar à escola e concluir a educação básica. Em parceria firmada com a Escola Municipal Fritz Benkendorf, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina implantou a educação escolar quilombola para atender pessoas da comunidade que foram excluídas, na infância, da educação formal. Com isso, aos poucos, tais pessoas têm conquistado o direito de exercer sua autonomia cidadã e, de forma mais preparada, entrar no mercado de trabalho com

emprego qualificado. Tal parceria foi articulada e, de certo modo, possibilitada pela relação da universidade com a escola e com gestores da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina responsáveis pelo Pró-Jovem Campo em Joinville⁹.

Outra frente importante, que o projeto passou a desenvolver a partir de 2019 a pedido da comunidade, foi a promoção de ações para reforço escolar e vivências universitárias. A atividade é realizada regularmente com envolvimento de estudantes bolsistas e voluntários da universidade no acompanhamento de crianças e adolescentes em seus estudos escolares na educação básica. As crianças e adolescentes, no início do projeto, apresentavam dificuldades de aprendizagem e manifestavam pouco interesse pela escola e por atividades educativas extracurriculares. Para além de aulas de reforço nas disciplinas em que apresentavam dificuldade de aprendizagem, os adolescentes atendidos no projeto participaram de debates sobre juventude, saúde, autoestima, relação de pertencimento à comunidade em que vivem, conflitos com o próprio corpo e a própria aparência, preparação para o mundo do trabalho e carreira profissional, dentre outros temas.

As ações de reforço escolar têm sido importantes para o bom rendimento das crianças e adolescentes no acompanhamento das aulas e nas atividades de avaliação de aprendizagem na escola. Muitos deles têm manifestado, em todas as avaliações de acompanhamento, que a participação nas atividades de reforço escolar lhes permitiu seguir nos estudos e aprender saberes imprescindíveis a si próprios. Essas ações lhes propiciaram vivências no ambiente da Univille, o que lhes deu a perceber possibilidades para, no futuro, seguir percurso formativo em nível superior.

Nos encontros de reforço escolar, as crianças trabalham a ludicidade por meio

⁹ É fundamental a continuação do projeto Educação de Jovens e Adultos (EJA) na comunidade, atualmente intitulado Educação Escolar Quilombola, para a formação de jovens e adultos. Uma conquista importante com a implantação dessa modalidade de ensino foi a comunidade ter saído da estatística de um único jovem/adulto com a formação completa no ensino médio, em 2018, para, em 2023, já contar com 12 jovens/adultos nessa condição. Essa ação tem contribuído na diminuição de índices de analfabetismo entre os adultos da comunidade.

de contações de histórias, leituras e brincadeiras. Os adolescentes, por sua vez, recebem aulas de reforço focadas em disciplinas nas quais apresentam dificuldades maiores de aprendizado. Dos pontos observados, sobretudo entre adolescentes, mostra-se desafiador à equipe do projeto romper a barreira posta por falas do tipo “não sou capaz de aprender”. Uma questão muito evidente nas relações construídas, sobretudo com as crianças, é a confiança estabelecida entre elas e a equipe de bolsistas e voluntários. No contexto pós-pandemia de Covid-19, as dificuldades de aprendizagem, advindas não apenas de questões cognitivas, mas, também, de situações de vulnerabilidade psicológica e social, demandaram um trabalho ainda mais intenso e continuado de acompanhamento das rotinas escolares das crianças e adolescentes.

A Univille parte de um princípio de que pela educação, a comunidade pode romper ou, ao menos, criar fissuras em uma situação de pobreza econômica e invisibilidade sociocultural. Essa realidade, que os afasta de uma cidadania mais participativa, engloba algumas situações de vulnerabilidade, tais como gravidez na adolescência, exclusão do mercado de trabalho formal, além da convivência com diversas formas de violências. No modo como são vistos pela sociedade local, sofrem o estigma de comunidade pobre e negra. Portanto, acredita-se que, pelo acesso à educação formal e bom rendimento no processo de aprendizagem, muitos dessas crianças e adolescentes poderão ter oportunidade de romper com o estigma que lhes é atribuído e avançar em conquistas pessoais.

Outra ação relevante promovida pelo projeto foi a articulação com órgãos públicos com vistas à regularização da terra e implantação de políticas públicas dirigidas a necessidades daquela população, uma vez que o reconhecimento da comunidade pela Fundação Cultural Palmares foi só o primeiro passo para uma

cidadania efetiva¹⁰. Há ainda muito o que se conquistar em infraestrutura para a qualidade de vida das pessoas da comunidade, o que vem sendo, aos poucos, conquistado com o apoio da Univille em tratativas com órgãos públicos do poder executivo em âmbito municipal.

No desenvolvimento do projeto, percebemos o quanto os estudantes da universidade podem aprender e adquirir experiências em mediação de conflitos, mobilização comunitária e negociação política com as autoridades dos poderes públicos, assim como no planejamento e organização de atividades voltadas ao bem comum. Esse projeto tem contribuído com a experiência da curricularização da extensão universitária em cursos de graduação da Univille¹¹. Sem dúvida, esse é ainda um desafio novo para as universidades brasileiras, desafio ao qual esse projeto está comprometido, de modo a estimular estudantes a experienciar a vivência de conteúdos de sua formação em diálogo com comunidades externas à universidade. Em especial, o projeto contribui para a humanização da formação acadêmica na graduação, o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico e a articulação entre saberes teóricos e práticos em face às complexidades da sociedade contemporânea. Assim, o projeto está inserido em diferentes cursos da universidade, como: Direito, História, Enfermagem, Naturologia, Publicidade e Propaganda, dentre outros. Tal inserção tem sido fundamental para perceber que conteúdos estudados em diversos

¹⁰ Tratativas junto à Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina tem articulado o andamento da regularização da terra (a primeira visita do Incra se deu em 11 de agosto de 2023), bem como a organização da infraestrutura da energia elétrica para garantir segurança para aquelas famílias. Sistemáticamente, as famílias são ameaçadas de despejo pelo poder público e pela especulação imobiliária que ocorre na região. Em relação à energia elétrica, hoje as 40 famílias ali residentes correm risco de acidentes graves causados por curto-circuito.

¹¹ Conforme a Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, deve-se assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária (BRASIL, 2014). A Resolução n.º 7, de 18 de dezembro 2018, estabelece, por sua vez, Diretrizes para a extensão na Educação Superior, definindo princípios e fundamentos e indicando como as instituições de ensino superior devem fomentar a extensão e implementar, em cursos de graduação, sua curricularização (MEC, 2018).

componentes de currículos universitários podem ser direcionados, conectados e alimentados com a prática extensionista.

Algumas práticas de curricularização da extensão, realizadas nos últimos anos pela universidade merecem destaque. Uma dessas práticas diz respeito a formação de bacharéis em Direito. Partiu-se do princípio de que uma educação jurídica deve se pautar em práticas participativas, colaborativas e humanísticas, colocando o estudante no centro do processo de ensino aprendizagem para que desenvolva um pensamento crítico para pensar em soluções de problemas da comunidade em que o curso se insere. A metodologia desenvolvida para a ação de curricularização da extensão possui algumas etapas: escolha da comunidade; diagnóstico prévio com informações levantadas em visitas em loco; aplicação de questionários ou pesquisas exploratórias; reflexão e análise; proposição de ação concreta junto à comunidade; e, por fim, processo de avaliação com acadêmicos e comunidade envolvida. Na experiência aqui relatada, estudantes do curso de Direito da Univille tiveram a oportunidade de conhecer um pouco da realidade da comunidade quilombola Beco do Caminho Curto, a partir de projeto desenvolvido em dois componentes curriculares do curso¹², tendo por referência os conteúdos programáticos que tratavam de questões ligadas à cidadania, direitos humanos e direitos civis.

O objetivo central dessa ação extensionista foi proporcionar a estudantes o desenvolvimento de competências e habilidades ligadas à empatia, alteridade, pensamento crítico, colaboração e solidariedade. A experiência aconteceu no período de forte propagação do ódio e de muito preconceito e racismo no Brasil. Uma das atividades consistia em deixar exposto no espaço da universidade um cartaz com a pergunta: O que você gostaria de saber sobre uma comunidade quilombola? Uma resposta representou bem o momento político vivido na época. Um estudante

¹² Teoria Geral do Estado e Ciência Política e Direito Civil I, ministrados no primeiro semestre do curso de Direito, no período letivo de 2022-1.

universitário deixou registrado a resposta @arroba, remetendo a expressão usada em tempos passados como métrica para se vender pessoas escravizadas, palavra mencionada no período pelo então presidente do Brasil ao se referir à população negra do país. A partir do ocorrido, o projeto tomou mais força e os estudantes daquela turma passaram a agir de forma mais aguerrida em defesa da comunidade quilombola. Isso demonstrou a importância de trazer à sala de aula a discussão dura da realidade e os pensamentos conservadores e violentos ainda existentes sobre uma população já tão massacrada ao longo da história. Acreditamos que isso pode contribuir na formação do futuro profissional da carreira jurídica, bem como no acesso a uma cidadania participativa. Portanto, as ações de curricularização da extensão vêm permitindo a travessia dos muros acadêmicos e a entrada no espaço universitário daqueles que, pela realidade do racismo estrutural, foram afastados. Desse modo, a educação torna-se chave de acesso à justiça e à cidadania.

Ainda em 2019, logo após o reconhecimento oficial da Fundação Cultural Palmares, uma vivência de extensão desenvolvida pelo curso de História da Univille com a comunidade Beco do Caminho Curto tornou-se referência na construção de identificação e pertencimento dos sujeitos lá residentes enquanto população quilombola. Os estudantes desenvolveram rodas de conversa com as pessoas da comunidade, refletindo sobre as seguintes questões: O que era ser quilombola? O que era mais importante para eles? O que lhes fazia feliz? Foi-se construindo, assim, um quadro de referência de valores importantes que os configurava como comunidade. Após esse diagnóstico e reflexões teóricas, os estudantes propuseram um painel representando imagetivamente esses valores, o qual foi presenteado à comunidade. Até hoje essa representação permanece no galpão de convivência da comunidade e é utilizado como fundo para suas festas, suas fotografias e, ainda, para a identificação de que as representações simbólicas de mães e crianças se abraçando, de brincadeiras ao ar livre e jogos de futebol expressam como vivem e são felizes naquele

espaço.

Outra ação que foi desenvolvida por estudantes liga-se à comunicação cidadã em mídias *online* (Facebook e Instagram) e *off-line*. A comunicação, tanto em âmbito interno quanto externo à universidade, pode disseminar ações feitas pelo projeto e despertar debates e sensibilizações relacionados à causa da luta antirracista e defesa de comunidades quilombolas. Visando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as ações de comunicação do projeto são dirigidas à construção de conteúdos com diversos temas como, por exemplo: saúde, história, direito, educação e cultura. Tais conteúdos pautam-se na defesa de uma linguagem da não violência e dos direitos humanos. Nesse processo, o projeto teve a comunicação e o design como base para suas ações, pensando na repercussão positiva de conteúdos gerados com embasamento científico, de dados jornalísticos verificados e de experiências da equipe, visando envolver a comunidade interna e externa à universidade na luta antirracista e decolonial.

Importante destacar também que o Projeto recebe inúmeros estudantes que precisam desenvolver atividades comunitárias como retorno do recebimento de bolsas de estudo oferecidas pelo governo de Santa Catarina (Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – UNIEDU). As atividades desenvolvidas podem ser em pesquisa ou extensão e devem ser planejadas antecipadamente no diálogo entre estudantes, professores e comunidade envolvida. Destaca-se a experiência desenvolvida por duas alunas do curso de Psicologia da Univille, no subprojeto intitulado “Maternar-se”, em que o objetivo foi criar e manter um grupo psicoterapêutico com mulheres da comunidade. As estudantes desenvolveram a atividade tendo como perspectiva a interseccionalidade entre as questões de classe, gênero, sexualidade e raça. No processo, criou-se um espaço de escuta e construção coletiva de saberes, potencializando um olhar para si através da narrativa de suas histórias atravessadas pelas identidades feminina, quilombola e comunitária.



O mais importante do projeto é a possibilidade de construir e manter laços entre estudantes e professores com os sujeitos que vivem na comunidade Beco do Caminho Curto. Portanto, as pessoas e seus saberes são o principal foco de toda e qualquer ação desenvolvida pelo projeto. A relação entre a universidade e a comunidade tem oportunizado diálogos entre saberes científicos e populares, de modo a permitir que professores e estudantes conheçam e problematizem a realidade local e pensem, junto com a comunidade, em soluções de problemas na busca por cidadania plena. Compreendemos que a universidade exerce um papel mobilizador para oferecer recursos para melhorar a qualidade de vida de comunidades em situação de vulnerabilidade social e promover um engajamento no exercício da cidadania participativa. As ações do projeto buscam oportunizar a autonomia dos sujeitos que vivem na comunidade Beco do Caminho Curto, para que tenham condições de dar continuidade a suas vidas de maneira digna e independente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DECOLONIAL

Como mencionado na introdução deste artigo, acreditamos que o projeto de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido pela Univille com a comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto tem contribuído, aos poucos, para aquilombar os modos como, do mundo acadêmico, podemos perceber a realidade. Além disso, devido à curricularização da extensão em vários cursos de graduação, o projeto tem provocado a leitura de vivências outras na cidade em que a universidade está inserida, com vistas à decolonização dos currículos acadêmicos. Novas formas de interpretar o mundo tem entrado nas discussões que atravessam o cotidiano das salas de aula, ao passo que a concepção de educação universitária se expande para além dos muros da instituição. A partir de diálogos interculturais e interdisciplinares



entre professores, estudantes e comunidade quilombola, temos buscado implementar uma educação antirracista e decolonial, atuando para tornar mais vivíveis as vidas de quem, historicamente, foi socialmente excluído pelos estigmas da pobreza e do racismo.

Temos defendido nas ações extensionistas da Univille uma educação que busque desatar criticamente as amarras de nosso presente a uma persistente colonialidade do poder, do saber e do ser (BALLESTRIN, 2013). A colonialidade se manifesta, ainda hoje, na visão eurocêntrica da sociedade e sua história que relega a papéis coadjuvantes, vitimizados e racializados parte significativa da população brasileira. Sem uma visão crítica da realidade, não há como enfrentar, no ensino superior, o racismo que estrutura a vida social e, particularmente, a vida no cotidiano das comunidades em que as universidades estão inseridas.

O neologismo decolonialidade tornou-se conceito central ao pensamento crítico na América Latina, diferindo da ideia de descolonização. Aos pensadores ligados ao grupo Modernidade/Colonialidade, grupo formado na década de 1990, descolonização refere-se a processos de emancipação política conquistados, muitas vezes em guerras, por povos colonizados no sul global. Porém, o fim do colonialismo não representou o fim daquilo que tais autores conceituaram como colonialidade, ou seja, a lógica global de desumanização que persiste mesmo na ausência de colônias formais. Nesse sentido, a decolonialidade refere-se a lutas contra a colonialidade e contra seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos, o que é considerado o lado sombrio da modernidade ocidental (BALLESTRIN, 2013; CASTRO-GÓMEZ, 2021).

Segundo Ballestrin (2013), colonialidade, como parte indissociavelmente constitutiva da modernidade ocidental, reproduz-se em uma tripla dimensão: a colonialidade do poder, pela continuidade das formas coloniais de dominação política e econômica no sul global; a colonialidade do saber, que se manifesta em uma geopolítica do conhecimento que desconsidera saberes produzidos fora do norte

global e distantes da ideia eurocêntrica de ciência; e a colonialidade do ser, a perversidade da manutenção de formas racistas de desumanização de um outro não branco. Lutar contra isso significa investir esforços no “giro decolonial”, ou seja, na denúncia da colonialidade como elemento constitutivo e obscurecido da modernidade e, também, na luta contra a desumanização de sujeitos e grupos racializados e pelo reconhecimento de uma pluriversidade de culturas e saberes.

No que se refere à educação formal, é possível perceber a longa história de violência epistêmica, advinda de um racismo epistêmico que limitou ao mundo europeu a emergência de todo e qualquer conhecimento universalizável. Com isso, as histórias de todo o mundo se manifestaram como versões adaptadas de uma história da Europa, considerada matriz de toda ciência, cultura e civilização. O resto não ocidental desse mundo apenas entrou nos currículos escolares nos momentos de sua interação forçada e violenta com a presença colonialista da Europa e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Por esse motivo, decolonizar os currículos acadêmicos implica, mais do que uma mera inclusão de conteúdos antes ignorados ou silenciados, o enfrentamento de uma lógica eurocêntrica e colonialista que se manifesta na forma como são selecionados e hierarquizados os conhecimentos a serem ensinados (CASTRO-GÓMEZ, 2021).

Ao passar de uma decolonização do currículo a uma educação decolonial, é fundamental a prática pedagógica engajada na humanização de educadores e educandos, reconhecendo, em processos de ensino e aprendizagem, diferentes vidas que, por importarem, devem fazer parte, o tempo todo, do cotidiano das salas de aula. Afinal, o privilégio às culturas europeias e brancas garante que suas histórias façam parte dos currículos acadêmicos. Porém, é imprescindível lembrar que tais histórias foram sustentadas, ao longo dos séculos, pelo racismo, pela escravidão e pela exploração colonial de um mundo não europeu e não branco (ANDREWS, 2023). É preciso, portanto, implementar nas universidades uma educação decolonial que

busque, insistentemente, questionar as amarras racistas e coloniais do nosso próprio tempo.

Kilomba (2019), ao refletir sobre a persistência do racismo nas sociedades atuais, fez-se as seguintes perguntas: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? Essas perguntas são relevantes ao se pensar no desafio de implementar uma decolonização curricular e uma educação decolonial. Segundo a autora, “o ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre falantes e suas/seus interlocutores. Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida” (KILOMBA, 2019, p. 42). Assim, mais do que reivindicar lugares de fala, a postura decolonial deve reivindicar lugares de escuta, ou seja, lugares em que saberes diversos e histórias de vida diferentes possam ser compartilhados com pessoas comprometidas a atravessar fronteiras e promover traduções interculturais. Sem dúvida, a universidade, ao cumprir com sua missão de promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pode transformar-se nesse lugar privilegiado de escuta.

O alerta da autora nos faz refletir sobre quem fala em nome das histórias e culturas afro-brasileiras e quilombolas na universidade. Ao se pautar em uma educação decolonial, as vozes de comunidades quilombolas e de lideranças dos movimentos sociais negros precisa ecoar no espaço acadêmico. Mais que isso, essas vozes precisam ser ouvidas atentamente nos ambientes de educação e pesquisa. Para tanto, ainda há um longo caminho a ser trilhado, caminho iniciado na Univille e que conta com importante contribuição das ações extensionistas realizadas com a comunidade Beco do Caminho Curto nos últimos anos. Aos poucos e de modo continuado, esse projeto de ensino, pesquisa e extensão vem contribuindo para romper com a lógica colonial e racista da realidade brasileira, sobretudo na região da cidade de Joinville.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mariléa de. A experiência de mulheres quilombolas: raça e gênero na criação de corpos étnicos. **Anais do XVI encontro regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas**. 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1402090314_ARQUIVO_MarileaAnpuh2014-Versaofinal-1.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, p. 264.

ANDREWS, Kehinde. **A nova era do império: como o racismo e o colonialismo ainda dominam o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

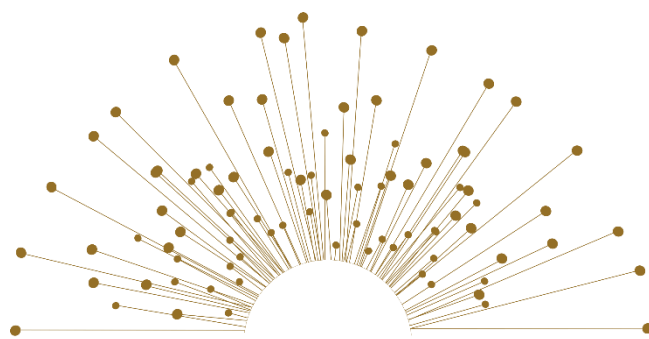
CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Pós-colonialidade explicada às crianças**. Belo Horizonte: Letramento, 2021.

CUNHA, Dilney Fermino. **História do trabalho em Joinville: gênese**. Joinville: TodaLetra, 2008.

FICKER, Carlos. **História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca**. 3. ed. Joinville: Letradágua, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. A escravidão em uma colônia de “alemães”.



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 3, Set-Dez., 2023

Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, p. 1-9, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210412_c29dabd918a529d626178c268aa80737.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

HALL, Stuart. Negociando identidades caribeñas. Crítica y Emancipación: **Revista latinoamericana de ciencias sociales**, Buenos Aires, v. 5, n. 10, p. 113-132, jul./dic. 2013.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

HERKENHOFF, Ely. **Era uma vez um simples caminho**: fragmentos da história de Joinville. Joinville: Fundação Cultural, 1987.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobodó, 2019.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.3., p. 965-977, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Conselho Nacional de Educação. **Resolução n.º 7, de 18 de dezembro 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 ago. 2023.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, Dóris Santos de (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UNB, 2001. p. 57-72.

NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo contra negros**: um estudo sobre o preconceito sutil. Tese, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: UNESP, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 3, Set-Dez., 2023

SANTOS, Jailson Estevão dos. **Transformações e deslocamentos identitários entre descendentes de alemães em Joinville/SC a partir do referencial linguístico.** Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2013

SILVA, Denize Aparecida da. **Plantadores de Raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888.** Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

SOUZA, Sirlei de; PRATEAT, Jonathan; VICENZI, Tales (orgs.). **Quilombolas: um olhar sobre as populações afrodescendentes em Joinville (SC) e região.** Joinville: Univille, 2021. Disponível em: <https://linktr.ee/caminhocurtoebooks>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SOUZA, Sirlei de; VICENZI, Tales; PRATEAT, Jonathan; SILVA, Salete dos Santos da. Comunidade Quilombola Beco do Caminho Curto (Joinville/SC): os desafios do empoderamento étnico. **Revista Confluências Culturais**, Joinville, v. 10, n. 3, p. 132-150, 2021.

TERNES, Apolinário. **História Econômica de Joinville.**